



CAMILA DOMINGUES/PALÁCIO PIRATINI/JC

Ao todo, o governo do Estado disponibilizou mil vagas para brigadianos e 260 profissionais da Polícia Civil

Leite reforça segurança com policiais aposentados

Inscrições para os interessados ficam abertas até esta sexta-feira

/SEGURANÇA

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

O governador Eduardo Leite autorizou o chamamento de mais de mil policiais da reserva para reforçar a segurança no Rio Grande do Sul após o desastre climático que deixou cerca de 165 mil pessoas desalojadas e outras 67 mil em mais de 400 abrigos públicos. A medida, através do programa Mais Efetivo, surge em um momento em que relatos de insegurança aumentam em bairros ala-

gados e nos alojamentos da Região Metropolitana e de Porto Alegre.

“Os casos de abuso que foram relatados, as pessoas foram presas. Observamos casos de abuso que, infelizmente, envolvem familiares de crianças. A situação nos abrigos escancara isso e dá a oportunidade de reação do poder público”, disse o governador em coletiva de imprensa na tarde desta quinta-feira. Leite também afirmou que a possibilidade de abrigos dedicados a mulheres e crianças está sendo estudada.

O Secretário de Segurança Pública do Estado, Sandro Caron, ex-

plicou que nos seis casos de crime sexual de que se teve ocorrência, todos os envolvidos foram presos. Ele também considerou que há um esforço de policiamento ostensivo para coibir saques, crime que já resultou em 41 prisões até o momento. Além dos mil homens da Brigada Militar que devem reforçar a segurança no Estado, ocorrerá o chamamento de mais 260 policiais civis para atuar em abrigos.

“Até sexta-feira, as inscrições ficam abertas. No sábado, eles receberão treinamento para atuar com os equipamentos nos abrigos”, apontou o secretário.

BM efetua prisões por roubo em cidades afetadas pelas cheias

Maria Amélia Vargas

mavargas@jcrs.com.br

Além da situação de calamidade na qual as cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul passam nos últimos dias, a ação de criminosos deixam o cenário ainda mais tenso. Os relatos são de saques a lojas e residências, além de ataques a embarcações de resgate. Até a manhã desta quinta-feira, a Brigada Militar gaúcha havia registrado a prisão de 36 pessoas em todo o Estado (32 por tentativas de saques e roubos, além de quatro por suspeita de estupro em um alojamento).

Em Porto Alegre, o tenente-co-

ronel Fábio Schmitt, comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM) - que cobre as áreas do Centro, Azenha, Cidade Baixa, Moínhos, Rio Branco, Santana, Santa Cecília, Independência, Floresta, Ilhas e São Geraldo -, informa ter atendido a 21 ocorrências de furtos e uma de roubo de 2 a 9 de maio. No total deste período, o telefone 190 recebeu 52 ocorrências para “averiguação de local suspeito”.

“Estamos trabalhando com tudo que a gente pode e todo o efetivo que a gente tem. Nossos policiais do ambiental estão sendo colocados em barcos, e recebendo apoio de outros Estados. Por terra, temos ajuda de policiais do

Paraná e vamos receber hoje 100 agentes da Força Nacional”, reforça Schmitt.

Para reforço maior, a Secretaria de Segurança Pública da Capital anunciou a incorporação dos agentes da Guarda Municipal com a chegada de efetivo vindo de São Paulo, Mogi das Cruzes, Florianópolis, Uberaba e São José dos Pinhais. O governador Eduardo Leite abriu edital de mais de 1 mil policiais militares que foram para a reserva nos últimos cinco anos e fez um chamamento aos que estão de férias. As inscrições para o programa estão abertas até esta sexta-feira e prevê a contratação temporária para 90 dias.

Ministro dos Direitos Humanos discute ações para abrigos e presídios no Estado

Fabrine Bartz

fabrinebartz@jcrs.com.br

Foram apresentadas ao Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, as medidas adotadas no Rio Grande do Sul referente ao atendimento realizado nos abrigos e no sistema prisional durante o período das enchentes que afetam o Estado. A reunião com o desembargador Alberto Delgado Neto ocorreu na tarde desta quinta-feira (9), no Palácio da Justiça.

Conforme o ministro, todas as denúncias em abrigos, os últimos dias, são investigadas e a pasta trabalha para estabelecer uma forma de proteção às mulheres e crianças. “São situações pontuais, que merecem nossa atenção”, aponta. Como ainda não há previsão de quanto tempo será necessário para a permanência da população em abrigos, os locais devem se organizar para atividades educativas e recreativas.

Para evitar maus tratos, serão criados abrigos específicos para as pessoas de mais idade, além da organização de um local onde o País tenha uma espécie de “campo de refugiados” para prestar uma melhor assistência. Retribuir a identidade civil às pessoas atingidas também é uma das prioridades. Uma ação conjunta do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral do Rio Grande do Sul busca agilizar a documentação para que seja possível ter acesso aos serviços públicos.

Em Porto Alegre, na ação emergencial realizada nesta quarta-feira (8), foram emitidas certidões de nascimento e casamento de forma gratuita para centenas de moradores da Capital e da Região Metropolitana. A ação segue em outros pontos.

“Precisamos de mecanismos rápidos de ação. Aproveitamos esta calamidade para produzir para o futuro o estabelecimento de protocolos e prevenções. O Ministro dos Direitos Humanos é fundamental nesse processo”, complementa o desembargador Alberto Delgado Neto.

As medidas adotadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania consistem em duas etapas. A primeira com o foco em salvar vidas. Já a segunda etapa será iniciada assim que as águas baixarem, pois será necessário enfrentar prejuízos incalculáveis. O ministro também reforçou a necessidade de preparar o Brasil, tanto do ponto de vista institucional quanto orçamentário, para períodos semelhantes, com base nas enchentes no Rio Grande do Sul e em outras regiões do País.

Medidas voltadas ao sistema prisional também foram abordadas durante a reunião. Em algumas unidades prisionais houve contato com juizes para viabilizar, durante este período de enchentes, a prisão domiciliar a pessoas em regime semiaberto, em especial aqueles apenados com menor periculosidade. A medida considerou retirar as pessoas em situação de risco além de realocar aqueles que estavam em outras áreas.

Ao longo de duas madrugadas, cerca de 1.500 presos foram transferidos da Penitenciária Estadual do Jacuí para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (Pasc), que está em uma região mais alta. Na operação, também foram utilizados barcos. Atualmente, os apenados retornam para os municípios de origem. Além disso, foi criado um Comitê Interinstitucional para enfrentamento da crise do sistema prisional.



THAYNÁ WEISSBACH/JC

Almeida indicou a criação de abrigos especiais para pessoas idosas